

política

Dino quer julgamento virtual para fim de penduricalhos

Caberá ao presidente do STF definir a data de início do processo

/ PODER JUDICIÁRIO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino solicitou nesta quinta-feira, ao presidente da corte, Edson Fachin, a convocação de uma sessão de virtual extraordinária para julgamento da reclamação constitucional que impõe limites aos penduricalhos pagos à elite do funcionalismo público.

Caberá ao presidente do STF definir a data de início do julgamento da ação de Dino no plenário virtual. As sessões online costumam ter início às sextas-feiras e duram uma semana. Portanto, é esperado que Fachin convoque a votação para esta sexta-feira.

Dino é relator de uma das cinco ações em tramitação no STF sobre as verbas indenizatórias, retroativos e benefícios pagos a magistrados, promotores, defensores públicos e conselheiros de Tribunais de Contas que inflam seus salários. Além dele, relatam ações deste tipo os ministros Cristiano Zanin, Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes.

Em maio, os quatro ministros expediram decisões de idênticas que endureceram o cerco aos penduricalhos pagos pelo Judiciário e pelo Ministério Público ao proibir que as instituições revisem, reclassifiquem ou reestruturarem comarcas, cargos



Ministro Flávio Dino solicitou sessão extraordinária para avaliar matéria

e funções com o objetivo de driblar a decisão da Corte ou atingir o novo teto do funcionalismo público, que impôs limites às remunerações desses profissionais.

As decisões foram dadas para coibir práticas de tribunais, promotorias e defensorias que vinham driblando a decisão do STF que determinou o fim de 15 penduricalhos. Em março deste ano, a Corte se reuniu para disciplinar os pagamentos dessas verbas e permitiu que 8 rubricas continuassem a ser pagas no serviço público.

A decisão fixou que a soma dessas parcelas não poderá ultrapassar 35% do subsídio bruto mantido pela Corte em R\$ 46.366,19, que é o teto

do funcionalismo.

Além disso, o Supremo manteve a chamada parcela de valorização por tempo de antiguidade na carreira, que funciona como um adicional por tempo de serviço.

Esse valor poderá ser pago tanto para quem está na ativa quanto para aposentados e será calculado em 5% sobre o subsídio a cada cinco anos de atuação em atividade jurídica, podendo chegar ao limite de 35%.

A soma desses dois limites de 35% criou uma espécie de novo teto que soma 70% sobre o salário. Com isso, é possível que magistrados ganhem legalmente, sem qualquer drible, mais de R\$ 70 mil por mês.

Gonet não vê falta grave no caso da arma de Bolsonaro

/ JUSTIÇA

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou nesta quinta ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer sobre a arma apreendida com um dos seguranças do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Na manifestação, Gonet disse que o caso está na fase inicial de investigação e que ainda não vê falta grave na conduta de Bolsonaro.

“O episódio noticiado, que se encontra em estágio inicial de esclarecimentos na instância própria, não indica, neste momento processual, a concretude de situação caracterizadora de falta disciplinar ou de descumprimento das condições de cautela a que o condenado está submetido.”

O procurador acrescentou que

vai aguardar o fim da apuração do caso, que é investigado pela Polícia Civil do Distrito Federal, para ter um “juízo final e mais abrangente sobre os fatos”

O parecer da PGR foi solicitado nesta quarta-feira pelo ministro Alexandre de Moraes, relator do caso. Na terça-feira, Bolsonaro prestou depoimento à Polícia Civil do Distrito Federal e confirmou que é proprietário do armamento. Durante a oitiva, o ex-presidente, que está em prisão domiciliar, disse que mora com a esposa, Michelle Bolsonaro, a enteada e sua filha e necessita da arma. “Tinha três mulheres em casa e eu não podia ficar desarmado”, afirmou ao delegado.

Diante da declaração, Moraes disse que o ex-presidente pode ter cometido uma falta grave no cum-

primento da prisão domiciliar. Segundo o ministro, a Lei de Execução Penal (LEP) definiu que constitui falta grave “possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem”.

Para o ministro, era necessário que a PGR avaliasse se o caso da arma pode ter impacto na renovação da prisão domiciliar de Bolsonaro, cujo prazo de 90 dias será encerrado nesta quinta-feira.

Na semana passada, um segurança de Bolsonaro foi parado em uma blitz, em Brasília, com uma arma do ex-presidente. Segundo o militar, o armamento seria levado para conserto. Ao tomar conhecimento do caso, Moraes cobrou explicações sobre a solicitação do reparo “às vésperas do encerramento do período de 90 dias da domiciliar”.

Michelle se queixa de desrespeito de Flávio Bolsonaro, que se desculpa



A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) publicou um vídeo nas redes sociais nesta quarta-feira, em que acusa o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, de desrespeitá-la em uma ligação após os dois divergirem sobre a estratégia eleitoral do PL. Segundo ela, o parlamentar não quer seu apoio para a disputa ao Planalto.

“Ele foi muito rispido, me desrespeitou e me maltratou ao telefone. E eu não tinha feito nada contra ele. Ele disse que seria melhor eu ficar fora das decisões do partido. Disse que eu havia chegado ontem e não entendia nada de política. Diante dessa humilhação, eu disse a ele que estava tudo bem. Entendi que ele não queria o meu apoio ou que este era insignificante. E então eu me recolhi. Fiquei na minha e assim permaneci”, declarou.

Michelle disse que considera ter sido “apunhalada” pelo enteado e criticou aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que “plantam narrativas maldosas e mentiras descaradas” sobre ela, sobretudo após a prisão do marido. “As pessoas que sabem o que aconteceu se dividiram em dois grupos, um me dizia, conta tudo, as pessoas precisam saber a verdade, o outro dizia, fica quieta, não vale a pena. Eu tentei ficar quieta, mas percebo a maldade de alguns que se dizem defensores e aliados do meu marido, mas que plantam narrativas maldosas e mentiras descaradas envolvendo o meu nome. Sem respeito, sem pudor, sem vergonha. Não me deixaram viver em paz no momento mais difícil da minha vida”, destacou.

A ex-primeira-dama ainda levantou dúvidas sobre seu futuro

político, afirmando que ele “está nas mãos de Deus”. Ela é pré-candidata ao Senado pelo Distrito Federal, sendo considerada a favorita, por institutos de pesquisas, para conquistar uma das duas cadeiras na Casa Alta.

Para Michelle, ao escolher se aliar à candidatura de Ciro Gomes (PSDB) ao governo cearense, Flávio prejudicou o nome da vereadora de Fortaleza Priscila Costa (PL), que pretende concorrer a uma vaga ao Senado, com a anuência do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ela disse ainda que tanto ela quanto seu marido foram prejudicados com a aproximação com o tucano.

“Não é vago, não é interpretável, é um desejo, é uma ordem do líder. Vejam bem, a palavra mais recente do meu marido em relação às candidaturas no Ceará é essa. Não honrar essa determinação do meu marido será um ato de traição contra Jair Messias Bolsonaro, venha de quem vier”, afirmou.

Michelle também atacou o deputado federal André Fernandes (PL-CE), que é o principal fiador da aliança entre o PL e Ciro Gomes.

Flávio Bolsonaro publicou um vídeo com conteúdo praticamente idêntico à nota escrita que havia divulgado às 23h22min da quarta-feira, sobre o vídeo postado pela ex-primeira-dama. Ele repetiu o pedido de desculpas a Michelle, porém, enfatiza elogios à madrastra, faz mais considerações sobre a família Bolsonaro e exclui o trecho da nota em que havia dito que ela não retornou aos seus telefonemas.

“Mais uma vez, peço desculpas. Tenho respeito por ela, reconheço o trabalho dela no PL Mulher, que bateu recorde de filiação de mulheres, pelo trabalho dela com surdos, com as pessoas com doenças raras, pelo cuidado com o meu pai e por tudo que ela representa, sim, para o Brasil”, declarou Flávio, em um dos trechos.



Michelle Bolsonaro publicou vídeo falando de divergências em alianças